

**Esclarecimento** 15/06/2022 18:07:30

Com a intenção de não restringir a participação de um dos maiores fabricantes de tecnologia, entendemos que ao ofertar um monitor que atenda todas as especificações e com duas saídas de vídeo, sendo uma VGA e uma HDMI, não causará prejuízos à administração. Caso seja de extrema necessidade, podemos ofertar (sem custos adicionais) um cabo HDMI com um adaptador HDMI para DisplayPort para atender à esta saída, sem interferir nas funções do monitor. Nosso entendimento está correto?

**Resposta** 15/06/2022 18:07:30

A área técnica assim se manifestou: 'Para o item 2, o entendimento está correto desde que, obrigatoriamente, seja ofertado um adaptador que converte a porta HDMI do monitor em DisplayPort, deixando o monitor com uma porta DisplayPort disponível para conexão do microcomputador ofertado no item 1. O adaptador ofertado deve ter a mesma garantia do monitor e, em caso de defeito, deverá ser substituído sem custos para o TRT.'

**Esclarecimento** 21/06/2022 16:44:51

O edital, em seu item 9.10 - Qualificação Econômico-Financeira, subitem 9.10.3, requer que o licitante comprove a sua boa situação financeira através dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e conforme item 9.10.4, as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices deverão comprovar, do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, patrimônio líquido de: 1) R\$ 3.120.000,00 (três milhões e cento e vinte mil Reais) – referente ao Grupo 1. 2) R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil Reais) – referente ao Item 3. Contudo, é razoável que, alternativamente, tal qual autoriza a Lei Federal de Licitações, por meio do art. 31, §§ 2º e 3º, sejam qualificadas as empresas com CAPITAL SOCIAL MÍNIMO nos mesmos valores exigidos para PATRIMÔNIO LÍQUIDO. No mesmo sentido, o artigo 24 da Instrução Normativa 3/2018 do MPOG prevê o capital social como forma de qualificação econômico-financeira. Ainda nessa seara, o Tribunal de Contas da União, na súmula 275, admite a possibilidade de exigência de outras formas de avaliação da condição econômico-financeira, de modo não cumulativo: "Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços." Observamos, portanto, que a admissão de capital social como forma de comprovação de qualificação econômico financeira incrementa a competitividade do certame e viabiliza a participação de licitantes com capacidade financeira compatível com a presente licitação, aumentando as chances de obtenção da melhor proposta, além de garantir um tratamento isonômico aos licitantes. Por fim, cabe referir que diversos editais recentes da administração pública federal e de outros entes federados contemplaram capital mínimo como critério de habilitação econômico-financeira, dentre os quais, como exemplo, citamos : MARINHA PE 4/2021, IBGE PE 62/2019, MP-RJ PE 68/2019, MARINHA PE 8/2019, UFFRJ PE 25/2019, IFETFLUMINENSE 8/2019. Desse modo, tendo em vista o melhor interesse público, entendemos que a comprovação da qualificação econômico-financeira para as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices financeiros, poderá ser realizada através da comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO OU DE CAPITAL SOCIAL MÍNIMO.

**Resposta** 21/06/2022 16:44:51

O art. 31, §2º, da Lei 8666/1993 estabelece: "A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado." (grifamos) Note que as expressões grifadas apontam para o poder discricionário da Administração, a ser balizado pelo Interesse Público envolvido. No caso, a aquisição de valor considerável, exige do administrador a cautela de contratar com uma empresa que possua inquestionável saúde financeira que possibilite a execução do objeto sem percalços. A comprovação pelo capital social, embora legalmente admitida como possibilidade, neste caso foi preterida haja vista que, eventualmente, possa não representar fidedignamente a relação entre bens, direitos e obrigações da empresa. Assim, a opção pelo patrimônio líquido deve-se ao fato de que este reflete com mais acuidade a situação econômica real e atual da sociedade, haja vista resultar da diferença entre seu ativo e seu passivo. Quanto a Súmula 275 do TCU, como bem observado, admite a possibilidade, não exige outras formas de avaliação, reafirmando uma vez mais a discricionariedade do administrador. Por fim, cabe considerar que, em que pese o louvável interesse em incrementar a competitividade do certame, tal incremento esbarra no interesse maior de ter o objeto executado sem transtornos para a Administração. Cabe ao Administrador, como dito, dentro da discricionariedade legalmente admitida, sopesar esse aparente conflito.

**Esclarecimento 22/06/2022 11:10:18**

QUESTIONAMENTO 2: "ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA" "ITEM 1" "R.HS10 - INTERFACES USB" "1. No mínimo, 4 (quatro) interfaces padrão USB-A na parte traseira do equipamento sem o uso de adaptadores. 2. No mínimo, 2 (duas) interfaces USB, sendo 1 (uma) obrigatoriamente padrão USB-A com acesso frontal sem o uso de adaptadores. 3. Todas as interfaces USB deverão ser versão 3.0 ou superior." Com a intenção de ampliar a concorrência e com o objetivo de trazer economicidade para o certame, entendemos que, ao ofertar um equipamento corporativo, de alta performance, que atenda a todos os requisitos pedido no edital, tendo um total de 6 (seis) portas USBs, onde 4 (quatro) são USB 3.2 (superior ao exigido) e 2 (duas) USB 2.0, não causará prejuízos à administração, uma vez que, estas portas USB 2.0 poderão ser usadas para mouse e teclado, sem atrapalhar ou prejudicar o funcionamento de ambos. Nosso entendimento está correto? QUESTIONAMENTO 3: "ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA" "ITEM 1" "R.HS11 - GABINETE" "22. Deverá permitir a fixação do gabinete do microcomputador à base, pedestal, ou coluna do monitor de vídeo, aceitando-se para esse fim o uso de suportes. O artefato usado para esta fixação não pode obstruir nenhuma interface de entrada/saída do microcomputador. 23. O suporte para fixação do gabinete do microcomputador à base, pedestal, ou coluna do monitor de vídeo, deverá ser entregue fixado ao gabinete do microcomputador, ou à base, pedestal, ou coluna do monitor de vídeo." Ao solicitar a entrega do suporte já fixado ao gabinete do microcomputador, ou a base, pedestal, ou coluna do monitor, restringe a "solução" à apenas um único fabricante, visto que esse tipo de suporte é usualmente entregue em caixa separada do monitor e do computador, e o modelo varia conforme o monitor ofertado. Diante disso, entendemos que será aceito suporte que permite a fixação do gabinete do microcomputador à base, pedestal ou coluna do monitor entregue em caixas separadas, com a devida identificação fiscal, onde o usuário deve fazer a montagem no local. Importante frisar que esse suporte é de fácil montagem/encaixe ao pedestal ou coluna do monitor e não atrapalha nenhum requisito de ergonomia e não causará prejuízos à administração devido a ampliação da concorrência. Está correto nosso entendimento?

**Resposta** 22/06/2022 11:10:18

QUESTIONAMENTO 2: 'O entendimento está parcialmente correto. Serão aceitos equipamentos que atendam as quantidades mínimas de portas do edital, sendo, entre elas, no máximo, 2 portas na versão USB 2.0, desde que estejam localizadas na parte traseira do microcomputador. Não serão aceitos equipamentos que tenham portas USB frontais em versões inferiores à 3.0." QUESTIONAMENTO 3: "O entendimento está parcialmente correto. Serão aceitos suportes entregues em caixas separadas, com a devida identificação fiscal, desde que permitam a fixação, montagem, ou encaixe do gabinete do microcomputador à base, pedestal ou coluna do monitor, sem o uso de ferramentas ou parafusos. Caso sejam necessários ferramentas ou parafusos para os serviços de fixação, montagem, ou encaixe do suporte, os serviços deverão ser realizados pela empresa CONTRATADA, que deve inserir na proposta uma declaração de que se responsabiliza pela prestação dos serviços de fixação, montagem, ou encaixe do gabinete do microcomputador à base, pedestal ou coluna do monitor em todos os conjuntos de microcomputador, suporte e monitor entregues, por meio de acionamento dos serviços de assistência técnica da CONTRATADA; neste caso, o atendimento deve ocorrer em até 6 (seis) dias úteis para a cidade sede do CONTRATANTE e sua respectiva região metropolitana e em até 10 (dez) dias úteis para as demais localidades."

**Esclarecimento** 23/06/2022 15:23:08

Considerando o item 24.1 e 24.5 do edital, que menciona: "24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital." e "24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br". E conforme cita o item 25.8: "Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração." A data para abertura da sessão pública está marcada para o dia 29/06/2022. Entendemos que a data final para envio de solicitações de esclarecimentos e impugnações será no dia 24/06/2022. Sem limite de horário.

**Resposta** 23/06/2022 15:23:08

O entendimento quanto à contagem do prazo em dias está correto. Em relação ao horário, este TRT, objetivando privilegiar tanto quanto possível o devido processo legal e as boas práticas, tem por regra proceder à análise dos pedidos de esclarecimento e de impugnações que forem remetidos por meio eletrônico até as 23h59 da data de vencimento do prazo respectivo.

**Esclarecimento** 24/06/2022 19:36:11

Serviço de imagem: "Para configuração da imagem, a CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do recebimento das amostras, uma imagem (padrão) desenvolvida." O fabricante Dell disponibiliza a ferramenta ImageAssist que auxilia na criação da imagem através de um equipamento do próprio cliente ou em uma máquina virtual criada para o desenvolvimento desse serviço. O time do fabricante Dell passa todas as instruções e passo-a-passo para o desenvolvimento, além de estar à disposição em caso de dúvidas. O Upload da matriz é enviado via um link FTP diretamente para os servidores de validação do fabricante. Link: <https://www.dell.com/pt-br/dt/services/support-deployment-technologies/image-assist.htm> Tal ferramenta visa a celeridade no processo de produção da imagem e dos equipamentos, uma vez que não se faz necessário o aguardo da produção e envio de uma amostra física para realização do serviço on-site. Sendo assim, entendemos que atenderemos ao item em questão. Está correto nosso entendimento? Desktop, item 1. Controladora de armazenamento: "2. Possuir controladora de dispositivo de armazenamento com, no mínimo, 01 (uma) interface SATA 3 (6 GB/s) e 01 (uma) interface PCIe Gen 3.0 x4 para SSD formato M.2" Com as atualizações tecnológicas os equipamentos alteraram a configurações das placas principais dos equipamentos de gabinete MICRO, uma vez que o tamanho reduzido exige componentes menores e precisos. A Dell em sua nova geração, disponibiliza a possibilidade de configuração de duas unidades de armazenamento no gabinete em questão, sendo ambas no padrão mais atualizado de mercado, M.2. Como estes são superiores ao padrão de interface SATA 3, entendemos que se entregue solução que possibilidade 2 x M.2 NVMe para unidades SSD atenderemos ao edital. Está correto nosso entendimento?

**Resposta** 24/06/2022 19:36:11

A área requisitante assim se manifestou: 1) Serviço de imagem: 'Não, o entendimento não está correto. O requisito mencionado: "3. Para configuração da imagem, a CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do recebimento das amostras, uma imagem (padrão) desenvolvida.", refere-se a uma exigência para o TRT (CONTRATANTE) cumprir. Mesmo assim, a equipe técnica foi consultada e informou que, se achar conveniente e estiver disponível, pode usar uma ferramenta proprietária específica de um fabricante para agilizar a construção da imagem (padrão). De toda forma, continua sendo necessário o envio de amostras, conforme item "10. DA AMOSTRA DO OBJETO" do edital." 2) Desktop, item 1. Controladora de armazenamento: "Sim, o entendimento está correto. Em relação ao requisito da placa principal: "2. Possuir controladora de dispositivo de armazenamento com, no mínimo, 01 (uma) interface SATA 3 (6 GB/s) e 01 (uma) interface PCIe Gen 3.0 x4 para SSD formato M.2", serão aceitos microcomputadores que possibilitem a configuração de duas unidades de armazenamento, sendo ambas no padrão M.2 NVMe."

**Esclarecimento** 24/06/2022 19:46:44

Para o Item 01 – Microcomputador, é solicitado para o gerenciamento remoto DASH: “15. Permitir acesso remoto, via hardware, ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador (POST) através de interface gráfica, com controle remoto do mouse e teclado (KVM remoto), independente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional. 16. Deverá ser gerenciável remotamente, assumindo-se, porém, que embora desligados, estão energizados pela rede elétrica e conectados à rede de dados.” Entendemos que o gerenciamento remoto deverá ser pela rede cabeada, sendo opcional o gerenciamento pela rede sem fio (wireless). Está correto nosso entendimento?



Resposta 24/06/2022 19:46:44

A área requisitante assim se manifestou: 'Sim, está correto o entendimento.'

Fechar

**Esclarecimento 27/06/2022 18:16:54**

1) No Anexo I – Termo de Referência – Descrição Detalhada do Objeto – 1. Especificação Técnica do Objeto – 1.1. Grupo 1, é solicitado: “Item 01 – R.HS06: Interface de vídeo: (...).3. 1 (uma) interface VGA (DB-25), sendo aceitável o fornecimento de cabo conversor, com conector DB-25 macho em uma das pontas, com comprimento mínimo de 1,5m”. Entendemos que se ofertarmos equipamento com 1 (uma) interface VGA (DB-15) estaremos atendendo plenamente. Está correto o nosso entendimento? Caso não esteja correto solicitamos esclarecer. 2) No Anexo I – Termo de Referência – Descrição Detalhada do Objeto – 1. Especificação Técnica do Objeto – 1.1. Grupo 1, é solicitado: “Item 01 - R.HS11: Gabinete: 1. Deverá ser utilizável na posição horizontal (Desktop) e vertical”. Entendemos que todos os equipamentos serão utilizados acoplados ao monitor através do suporte exigido em “R.HS11 – 23” e que não serão utilizados na posição vertical separado do monitor. Com o intuito de minimizar os custos para a CONTRATANTE e evitar que a CONTRATANTE precise armazenar 4346 bases, entendemos que não será necessário o envio da base específica para utilização do gabinete na posição vertical sobre a mesa, visto que a mesma não terá utilidade na solução ofertada para este projeto e que em algum momento este item será descartado. Nosso entendimento está correto? 3) No Anexo I – Termo de Referência – Descrição Detalhada do Objeto – 1. Especificação Técnica do Objeto – 1.1. Grupo 1, é solicitado: “Item 01 - R.HS11: Gabinete: (...).23. O suporte para fixação do gabinete do microcomputador à base, pedestal, ou coluna do monitor de vídeo, deverá ser entregue fixado ao gabinete do microcomputador, ou à base, pedestal, ou coluna do monitor de vídeo”. Os suportes para fixação dos gabinetes dos microcomputadores aos monitores disponibilizados pelas maiores dos fabricantes de microcomputadores do mercado nacional, consideram esses kits de fixação como acessórios, tendo a sua montagem de forma simples e intuitiva, por esta razão, esses kits de fixação são acompanhados de guias de montagem, para tirar pequenas dúvidas. Sendo assim, por padrão, os kits de fixação não saem montados de fábrica nos equipamentos e/ou monitores, pois a sua montagem se compara a uma simples instalação como se fosse um mouse ou teclado. Diante do exposto, para não onerar o preço final da proposta desnecessariamente, entendemos que poderão ser ofertados suportes para fixação dos gabinetes dos microcomputadores aos monitores conforme padrão de mercado, sem estarem fixados ou instalados aos mesmos, acompanhados de guias de montagem para resoluções de dúvidas. Nosso entendimento está correto? Caso o nosso entendimento não esteja correto, entendemos que também será aceita instalação em campo para fixação dos suportes do gabinete dos microcomputadores aos monitores, neste sentido entendemos que estaremos atendendo plenamente ao Edital. Nosso entendimento está correto. Caso o nosso entendimento não esteja correto favor esclarecer. 4) No Anexo I – Termo de Referência – Descrição Detalhada do Objeto – 1. Especificação Técnica do Objeto – 1.1. Grupo 1, é solicitado: “1.1.2. Item 02 – Monitor – R.HS16: Drivers para o sistema operacional Windows 10 e Windows 11 nas versões de 32 e 64 bits”. Os monitores atuais, em sua grande maioria, possuem a tecnologia plug and play que faz com que o sistema operacional reconheça e configure o monitor de forma automática, não necessitando a intervenção do usuário para a aplicação de drivers ou correções de problemas. Diante disso, entendemos que monitores que possuam tecnologia plug and play estão atendendo ao solicitado no edital. Nosso entendimento está correto? 5) Considerando a edição e publicação dos Decretos nº 11.047/2022 e nº 11.055/2022. Considerando a concessão pelo Ministro Relator ALEXANDRE DE MORAES de medida cautelar para a suspensão da eficácia dos Decretos nº 11.047/2022 e nº 11.055/2022, com relação aos produtos produzidos pelas indústrias da ZFM que possuem o PPB. Solicitamos esclarecer se os preços ofertados deverão ser elaborados considerando os Decretos nº 11.047/2022 e nº 11.055/2022 (com alíquota reduzida de IPI) ou conforme a medida cautelar que suspendeu a eficácia dos Decretos acima citados (com alíquota original de IPI)? 6) Com relação à instalação física dos equipamentos solicitamos esclarecer: a. Não encontramos no Edital referências quanto à instalação física (ativação) dos equipamentos. Entendemos que para esta licitação a instalação física dos equipamentos (acesso à energia elétrica, tomadas, conexões de internet, bem como a desembalagem e montagem dos equipamentos) será de responsabilidade da CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento? b. Caso nosso entendimento anterior não esteja correto, entendemos que será necessário o serviço de instalação física dos equipamentos, após a conclusão da entrega. Está correto nosso entendimento? c. Caso o entendimento anterior esteja correto, entendemos que a instalação física e configuração do equipamento, compreende: Desembalar, montar, ligar na rede elétrica e lógica, configurar o equipamento na rede, fazer a baixa/instalação da matriz. Nosso entendimento está correto? d. Não encontramos o prazo para início e conclusão das atividades de instalação dos equipamentos. Solicitamos especificar e. Não localizamos no Edital e Anexos referências quanto à desinstalação dos equipamentos atuais. Entendemos que caso haja necessidade de desinstalação, bem como migração de dados dos equipamentos atuais para os novos, estes serão de responsabilidade da contratante. Está correto nosso entendimento? f. Caso a migração de dados seja de responsabilidade da contratada, por solicitamos informar uma estimativa de volume de dados a serem migrados do equipamento antigo para o novo. g. Caso a migração de dados seja de responsabilidade da contratada, entendemos que não estarão incluídos na migração de dados arquivos e documentos de cunho pessoal, tais como: vídeos, fotos, imagens, músicas, etc. Nosso entendimento está correto? 7) Conforme descrito no item 1.3.2. Requisitos de Manutenção, R.M07, temos: “O atendimento será do tipo on-site nas dependências das unidades administrativas e/ou jurisdicionais do CONTRATANTE, informadas no Anexo 1 deste documento, em dias úteis (segunda-feira à sexta-feira), no horário de expediente do CONTRATANTE (10h às 18h), por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias para o correto funcionamento do equipamento.” Não localizamos no Anexo 1, a relação com as cidades de atendimento durante o período da garantia. Desta forma, solicitamos esclarecer os municípios a ser considerados, bem como a estimativa de máquinas por local. 8) Conforme descrito no item 1.3.5. Requisitos de Garantia, R.G02, temos: “O CONTRATANTE, a seu critério, poderá automatizar a abertura de chamado junto a CONTRATADA através de e-mail enviado da solução de gerenciamento de serviços de TI em uso atualmente no CONTRATANTE. ” Entendemos que caso o órgão opte pela automatização referida, esta somente será realizada após alinhamento das informações necessárias para abertura do chamado, junto à Contratada. Está correto nosso entendimento? 9) “Os técnicos responsáveis pelo atendimento do chamado deverão comparecer aos locais devidamente identificados e munidos do Formulário de Chamado Técnico, devendo agendar sua visita à localidade com antecedência mínima de 24 horas”. Entendemos que os casos em que o agendamento solicitado pelo usuário do equipamento seja superior ao SLA acordado, bem como a impossibilidade por parte do usuário em realizar a manutenção na data e horário agendados, serão expurgados da contagem do SLA, ficando isentos de aplicação de penalidades. Está correto nosso entendimento? 10) Considerando as

disposições previstas na Lei nº 13.726/2018 acerca da racionalização dos processos e procedimentos administrativos, neste contexto, questionamos se durante as fases da licitação, serão aceitas por este órgão, os documentos de habilitação e as propostas técnica e comercial assinados eletronicamente pelas licitantes (assinatura digital através da estrutura de chaves pública e privada), que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório, e assim aceitos como documentos autênticos e originais, sem a necessidade de posterior envio das vias físicas (em papel)? Reitera-se que um documento assinado eletronicamente preenche os mesmos requisitos jurídicos de autenticidade e integridade, inclusive já sendo amplamente utilizado pelo Poder Judiciário. Caso não sejam aceitos por esta Administração, gentileza fundamentar a decisão, face as disposições expressas no sentido de racionalização dos processos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018. 11) Entendemos que a proposta cadastrada no Sistema Eletrônico poderá possuir valor acima do estimado pelo TRT da 15ª Região, que a mesma não será desclassificada por preço antes da fase de lances. Está correto o nosso entendimento? 12) No item 5 do Edital - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 5.1 menciona: "Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação". Entendemos que no momento do cadastro da proposta no portal eletrônico, as empresas deverão anexar os documentos de habilitação e a proposta de preços no modelo do Anexo II do edital, bem como os demais documentos técnicos como: catálogos, certificados, etc. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor esclarecer. 13) No item 6 do edital - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA, subitem 6.1.2 menciona: "Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência". Entendemos que, devido ao limite de caracteres no campo descrição detalhada do objeto ofertado no site do comprasnet, ao cadastrarmos a proposta, podemos apenas apresentar a marca, modelo e fabricante no campo específico do comprasnet, e uma especificação resumida do objeto lícitado no campo descrição detalhada do objeto ofertado, sendo que a descrição completa já estará sendo anexada no portal no momento do cadastro. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor especificar como deve ser a descrição do objeto. 14) Nos itens 4.6 e 4.6.9 do Edital, mencionam: "4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações"; "4.6.9 que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência". Porém, não está disponível o campo próprio no portal do sistema COMPRASNET para declararmos que cumprimos os requisitos do Decreto nº 7.174/2010 e assim ter assegurado o direito de preferência, para o Grupo 1, apenas para o item 3. Diante do exposto, solicitamos esclarecer: a. Entendemos que o referido campo será habilitado no Sistema COMPRASNET para cadastro das propostas. Nosso entendimento está correto? b. Caso o entendimento anterior não esteja correto, entendemos que podemos citar a referida declaração no campo Descrição Detalhada do Objeto Ofertado. Nosso entendimento está correto? Caso contrário, solicitamos esclarecer. 15) No item 6.6 do edital temos que: "O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação". Entendemos que devemos considerar o prazo de validade da proposta de preços, de 60 (sessenta) dias, como prevê o art. 64, §3º da Lei 8666/93: "§ 3º que menciona: "Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos". Está correto nosso entendimento? 16) Os fabricantes de computadores, assim como as demais empresas com produção nacional, estão inseridos no cenário macroeconômico do país, bem como na economia mundial. Os microcomputadores possuem boa parte de seus componentes internos cotados em dólar. Até mesmo os componentes nacionais, cotados em reais, tem relação direta com a moeda americana, pois, estes itens são constituídos de componentes eletrônicos, como semi-condutores, transistores, circuitos integrados, nanocircuitos, microprocessadores etc, e estes são majoritariamente produzidos na Ásia. Como é de conhecimento comum, a moeda corrente utilizada em transações comerciais internacionais é o dólar. Assim, de uma forma ou de outra, a matéria-prima para produção de microcomputadores sofre alto impacto com a variação do dólar. Considerando que o edital em questão é uma ata de registro de preços de 12 meses, será uma tarefa extremamente desafiadora prever com exatidão o comportamento do dólar durante a vigência do contrato. Diante disso, sabendo que o dólar sofre variações por diversos motivos, desde políticas internas de países com grande peso econômico até intempéries ambientais e que dificilmente um órgão do governo aceita uma solicitação de reequilíbrio econômico em função da variação cambial, os fabricantes, com o intuito de cumprir seus contratos e conseguir manter suas margens de atuação em patamares viáveis, acabam por recorrer a ferramentas de proteção cambial. Porém, essas ferramentas dependem de informações sobre os fornecimentos. Quantidades e previsão de quando os fornecimentos ocorrerão são muito importantes. Quanto menor o nível das informações obtidas, mais impreciso é o resultado e, como consequência, maiores são os prejuízos, tanto para a empresa, que ao adotar medidas de proteção com base em estimativas imprecisas encarece seus produtos, quanto para o órgão, que acaba por comprar um produto mais caro. Assim sendo, tendo em vista o auxílio mútuo, solicitamos informações a respeito do fornecimento ao órgão, com estimativas de quantidade de máquinas por pedido e quando esses pedidos serão colocados, contemplando a quantidade a ser efetivamente adquirida da ata e garantindo assim maior economicidade por parte do órgão, bem como sucesso no fornecimento da ata e concretização do contrato. 17) Conforme Art. 21, parágrafo 4º da Lei 8.666/93 "A licitação é pública e toda e qualquer informação a respeito dela também deve ser pública." E ainda no mesmo artigo "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas." Diante do exposto solicitamos os seguintes esclarecimentos: a. Entendemos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital serão publicadas no site <http://www.comprasnet.gov.br>. Nosso entendimento está correto?

Fechar

**Resposta 27/06/2022 18:16:54**

A área técnica assim se manifestou sobre as questões 1 a 4, 6 a 9 e 16: 1) "Não, o entendimento não está correto. O Item 1 - R.HS06 precisa ser atendido integralmente, logo, o equipamento ofertado deve: permitir a utilização de no mínimo 2 (dois) monitores de vídeo simultaneamente; ter (uma) interface digital Displayport (não sendo aceitável uso de adaptadores); ter 1 (uma) interface VGA (DB-25), sendo aceitável o fornecimento de cabo conversor, com conector DB-25 macho em uma das pontas, com comprimento mínimo de 1,5m; e permitir resolução de vídeo de 1920 x 1080 @ 60 Hz." 2) "Sim, o entendimento está correto." 3) "O entendimento está parcialmente correto. Serão aceitos suportes entregues em caixas separadas, com a devida identificação fiscal, desde que permitam a fixação, montagem, ou encaixe do gabinete do microcomputador à base, pedestal ou coluna do monitor, sem o uso de ferramentas ou parafusos. Caso sejam necessários ferramentas ou parafusos para os serviços de fixação, montagem, ou encaixe do suporte, os serviços deverão ser realizados pela empresa CONTRATADA, que deve inserir na proposta uma declaração de que se responsabiliza pela prestação dos serviços de fixação, montagem, ou encaixe do gabinete do microcomputador à base, pedestal ou coluna do monitor em todos os conjuntos de microcomputador, suporte e monitor entregues, por meio de acionamento dos serviços de assistência técnica da CONTRATADA; neste caso, o atendimento deve ocorrer em até 6 (seis) dias úteis para a cidade sede do CONTRATANTE e sua respectiva região metropolitana e em até 10 (dez) dias úteis para as demais localidades." 4) "Sim, o entendimento está correto." 6) Seguem abaixo respostas para cada alínea. 6a. "Sim, está correto o entendimento. Observa-se que, conforme resposta ao questionamento 3, pode ser necessário o serviço de instalação física dos suportes." 6b. "Não aplicável devido à resposta do item 6a. Observa-se que, conforme resposta ao questionamento 3, pode ser necessário o serviço de instalação física dos suportes." 6c. "Não aplicável devido à resposta do item 6b. Observa-se que, conforme resposta ao questionamento 3, pode ser necessário o serviço de instalação física dos suportes. Observa-se que os equipamentos deverão ser entregues com imagem (matriz/padrão) instalado, conforme R.HS19." 6d. "Os prazos para as entregas estão especificados no item "1.3.3. Requisitos de Prazo". Observa-se que, conforme resposta ao questionamento 3, pode ser necessário o serviço de instalação física dos suportes, que possuem prazos especificados na própria resposta ao questionamento 3. Demais atividades de instalação serão realizadas pela contratante." 6e. "Sim, está correto o entendimento." 6f. "Não aplicável devido à resposta do item 6e." 6g. "Não aplicável devido à resposta do item 6e." 7) Por razão técnica, a relação de municípios e quantidades estimadas será objeto de nota de esclarecimento específica. 8) "Sim, está correto o entendimento." 9) "Sim, está correto o entendimento. Observe-se que os prazos para atendimento de chamados técnicos são contados em dias úteis." 16) "Sobre a questão de expectativa dos quantitativos a serem adquiridos e o prazo para essa aquisição, existe a intenção de se adquirir a totalidade dos quantitativos registrados para este Tribunal ainda em 2022, desde que a entrega efetiva ocorra neste exercício, viabilizando-se completamente a aquisição em si, com total liquidação da despesa envolvida." A Coordenadoria de Licitações se manifesta, sobre as questões 5, 10 a 15 e 17: 05. Os preços ofertados pelos licitantes devem incluir todos os tributos exigidos legalmente, não competindo a este TRT, como contratante e consumidor final, dirimir dúvidas tributárias, cuja competência deve ser observada pela área contábil dos próprios licitantes. 10. Toda a fase de licitação, até a homologação do resultado, é feita de forma totalmente eletrônica, não sendo exigido qualquer documento físico. Toda a documentação que requeira assinatura, poderá ser assinada eletronicamente. Impende lembrar que todos os documentos da arrematante serão analisados pelo pregoeiro e equipe de apoio após a sessão de disputa e, eventualmente, solicitados esclarecimentos através de diligências. 11. Considerando o disposto no item 7.2.3. do edital, na análise preliminar das propostas, levada a efeito após a abertura da sessão e antes da disputa, o pregoeiro não rejeitará proposta em razão de estar acima do preço estimado. Conforme disposto naquele item, tal análise será procedida definitivamente na fase de aceitação da proposta arrematante. 12. Os documentos de habilitação exigidos estão totalmente enumerados no item 9 do edital. E, conforme entendimento do TCU, embora as empresas licitantes devam anexar tais documentos ao sistema até a abertura da sessão, por diligência, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão solicitar esclarecimentos/complementação relativos a situações preexistentes. 13. De fato, nos campos específicos do sistema Compras.Gov a descrição de cada item poderá ser simplificada, para adequar-se ao limite daquele sistema, porém, deverá permitir sua perfeita individualização, através da indicação precisa da marca e modelo ofertados. E, na proposta impressa e assinada, nos termos do anexo II, além dessa indicação de marca e modelo, poderá trazer uma descrição mais detalhada do objeto e, até, eventualmente, ser anexado material impresso relativo aos bens ofertados. 14. O sistema Compras.gov possui limitação técnica para indicação específica dos benefícios do Decreto 7174/2010 em Grupos. Apenas constando nos itens isolados. 15. A Lei 10.520/2002, que efetivamente trata do pregão, em seu artigo 6º faculta que edital estabeleça prazo de validade da proposta, prevalecendo 60 dias apenas quando não dispuser de forma diversa. E, no presente caso, o edital estabelece, no seu item 6.6., o prazo mínimo de 120 dias. 17. Todas as respostas a questionamentos tempestivamente apresentados são disponibilizados, como nota de esclarecimento, no sítio eletrônico Compras.Gov, além de serem também remetidos ao interessado específico, através do mesmo endereço de e-mail de onde se originou o questionamento.



Esclarecimento 27/06/2022 18:30:05

Quantidade ESTIMADA, por cidade.

Fechar

**Resposta 27/06/2022 18:30:05**

De acordo com manifestação do requisitante, as quantidades ESTIMADAS, por cidade, são as seguintes (a tabela em formato PDF pode ser obtida no sítio eletrônico do TRT - Transparência/licitações/pregões eletrônicos): ADAMANTINA Total 19; AMERICANA Total 42; AMPARO Total 15; ANDRADINA Total 29; APARECIDA Total 20; ARACATUBA Total 50; ARARAQUARA Total 51; ARARAS Total 21; ASSIS Total 55; ATIBAIA Total 22; AVARE Total 21; BARIRI Total 7; BARRETOS Total 25; BATATAIS Total 19; BAURU Total 84; BEBEDOURO Total 25; BIRIGUI Total 18; BOTUCATU Total 33; BRAGANCA PAULISTA Total 23; CACAPAVA Total 14; CAJURU Total 18; CAMPINAS Total 1386; CAMPO LIMPO PAULISTA Total 14; CAMPOS DO JORDAO Total 9; CAPAO BONITO Total 19; CAPIVARI Total 28; CARAGUATATUBA Total 22; CATANDUVA Total 36; CRAVINHOS Total 23; CRUZEIRO Total 22; DRACENA Total 24; ESPIRITO SANTO DO PINHAL Total 5; FERNANDOPOLIS Total 17; FRANCA Total 65; GARÇA Total 14; GUARATINGUETA Total 17; HORTOLANDIA Total 17; INDAIATUBA Total 29; ITANHAEM Total 27; ITAPETININGA Total 22; ITAPEVA Total 16; ITAPIRA Total 16; ITAPOLIS Total 13; ITARARE Total 16; ITATIBA Total 24; ITU Total 23; ITUVERAVA Total 14; JABOTICABAL Total 36; JACAREI Total 39; JALES Total 18; JAU Total 44; JOSE BONIFACIO Total 23; JUNDIAI Total 100; LEME Total 21; LENCOIS PAULISTA Total 32; LIMEIRA Total 45; LINS Total 37; LORENA Total 16; MARILIA Total 32; MATAO Total 17; MOCOCA Total 14; MOGI GUACU Total 24; MOGI MIRIM Total 21; MORRO AGUDO Total 7; OLIMPIA Total 20; ORLANDIA Total 20; OURINHOS Total 16; PAULINIA Total 38; PEDERNEIRAS Total 15; PEDREIRA Total 9; PENAPOLIS Total 18; PIEDADE Total 17; PINDAMONHANGABA Total 27; PIRACICABA Total 54; PIRASSUNUNGA Total 17; PORTO FERREIRA Total 21; PRESIDENTE PRUDENTE Total 61; PRESIDENTE VENCESLAU Total 18; RANCHARIA Total 14; REGISTRO Total 25; RIBEIRAO PRETO Total 136; RIO CLARO Total 33; SALTO Total 15; SANTA BARBARA D'OESTE Total 18; SANTA CRUZ DO RIO PARDO Total 11; SAO CARLOS Total 43; SAO JOAO DA BOA VISTA Total 18; SAO JOAQUIM DA BARRA Total 19; SAO JOSE DO RIO PARDO Total 16; SAO JOSE DO RIO PRETO Total 100; SAO JOSE DOS CAMPOS Total 107; SAO ROQUE Total 28; SAO SEBASTIAO Total 14; SERTAOZINHO Total 40; SOROCABA Total 88; SUMARE Total 24; TANABI Total 11; TAQUARITINGA Total 17; TATUI Total 23; TAUBATE Total 42; TEODORO SAMPAIO Total 15; TIETE Total 24; TUPA Total 16; UBATUBA Total 25; VOTUPORANGA Total 17; #N/A Total 1; Total geral 4346